



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO** **ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **PARECER JURÍDICO**

#### **Relatório**

Trata de solicitação de parecer jurídico encaminhado pela Presidência a partir de pedido do Vereador Carlos Antônio da Cruz, acerca do Projeto de Lei n. 2.115/24 que "Dispõe sobre a denominação da UBS TIPO 1 que está sendo construída no Bairro Colônia no Município de Visconde do Rio Branco-MG e dá outras providências".

O consulente articula sua solicitação questionando se existe alguma implicação legal no projeto de lei proposto pelo vereador, José Marinho de Almeida Neto, considerando que o homenageado, Marinho José de Almeida, é seu parente? E se o grau de parentesco entre eles compromete a validade do projeto?

É o relato. Passa-se a fundamentação.

#### **Preliminarmente**

Antes de qualquer providência, deve-se observar o disposto no **art. 13 da Lei nº 1.077/2011**, que estabelece:

"Fica vedada a apreciação de projetos de denominação, bem como a solenidade de inauguração de próprios públicos, nos cento e oitenta (180) dias que antecedem as eleições municipais."



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO** **ESTADO DE MINAS GERAIS**

Portanto, considerando que o município se encontra dentro do período estabelecido, **RECOMENDA-SE SUSPENDER A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI** até o término desse prazo.

### **Fundamentos**

O artigo 37 da Constituição Federal estabelece os princípios que regem a administração pública, entre eles os princípios da moralidade e da impessoalidade. Esses princípios demandam que os atos da administração sejam orientados por critérios éticos e que o interesse público prevaleça sobre os interesses particulares.

José Afonso da Silva ensina que “o princípio da impessoalidade significa, em primeiro lugar, a neutralidade administrativa, que só se orienta no sentido da realização do interesse público. Significa também que os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que o pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual age o funcionário. Este é um mero agente da Administração Pública, de sorte que não é ele o autor institucional do ato. Ele é apenas o órgão que formalmente manifesta a vontade estatal. (...) Logo, as realizações administrativo-governamentais não são do funcionário ou autoridade, mas da entidade pública em nome de quem as produziram”.

Em conexão, o princípio da moralidade administrativa exige que a administração pública atue conforme padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé. O autor destaca que a moralidade



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO** **ESTADO DE MINAS GERAIS**

administrativa é um princípio constitucional que impõe à administração pública a observância de padrões éticos, de modo que os atos administrativos não apenas sejam legais, mas também moralmente aceitáveis.

A matéria denominação de logradouros e próprios públicos foi objeto de Recurso Extraordinário com repercussão geral, em que o Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário 1.151.237/SP, fixou a seguinte tese: “É comum aos poderes Executivo (decreto) e Legislativo (lei formal) a competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições”.

Por sua vez, a lei n. 1.077/2011 que regulamenta a denominação dos próprios públicos Municipais estabelece em seu “art. 3º que os **próprios públicos** são as vias públicas: praças, avenidas, **ruas**, travessas, pontes, escadarias e outros (...)”.

Assim, para a denominação de próprios públicos o referido diploma normativo traça um plano de nomeação com critérios e princípios que devem ser observados.

Posto isso, embora não há legislação específica que proíba a denominação de próprios públicos em homenagem a parentes de vereadores, é de vital importante considerar princípios éticos e de moralidade administrativa, conforme estabelecidos na Constituição Federal.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO** **ESTADO DE MINAS GERAIS**

De outro lado, o art. 56 do Regimento Interno da Câmara Municipal apresenta restrição visando evitar conflitos de interesse e garantir a imparcialidade nas decisões legislativas, estabelecendo que: **“Nenhum Vereador poderá votar em negócio de seu particular interesse ou de seus ascendentes, descendentes e colaterais por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau. ”.**

Essa norma tem como finalidade preservar a imparcialidade e a ética no processo legislativo, evitando que o vereador se beneficie direta ou indiretamente de atos legislativos que envolvam interesses próprios ou de familiares.

Assim, na hipótese de existir parentesco entre o vereador e o homenageado, o projeto de lei pode ser considerado negócio de interesse particular, estando nesse caso impedido de participar da votação, nos termos do art. 56 do Regimento Interno.

### **Conclusão**

Diante do exposto, conclui-se que, embora não haja uma proibição legal explícita quanto à denominação de próprios públicos em homenagem a parentes de vereadores, é fundamental observar os princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa.

Assim, **SUPERADO O IMPEDIMENTO TEMPORAL EXPOSTO NO ART. 13 DA LEI Nº 1.077/2011, RECOMENDA-SE** que a Câmara Municipal avalie a questão sob a ótica da ética e da moralidade administrativa. A



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO** **ESTADO DE MINAS GERAIS**

denominação de próprios públicos deve ser feita de maneira impessoal, evitando qualquer aparência de favorecimento pessoal.

Ato contínuo, comprovado o parentesco entre o parlamentar e o homenageado, nos moldes do art. 56 do Regimento Interno da Câmara Municipal, a restrição imposta deve ser respeitada, impedindo-o de votar no referido projeto de lei.

É o parecer, sem embargos de outras opiniões.

Visconde do Rio Branco, MG, aos 09 de setembro de 2024.

**Jordan de Souza Mansur**  
**Procurador Geral**